

O FESTEJO DA ABOLIÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA /MURICILÂNDIA-TO: OLHAR CONTEMPORÂNEO DO TURISTA E PATRIMÔNIO IMATERIAL

KHALLA RIBEIRO TUPINAMBÁ¹
KÊNIA COSTA GONÇALVES²
ARYSTÓTELES BORGES CHAVES³

Recebido em 12.02.2020

Aprovado em 06.10.2020

Resumo

Esse trabalho buscou analisar a perspectiva contemporânea do olhar turístico sobre a identidade cultural da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Neste sentido, a pesquisa teve como objetivos investigar as representações do patrimônio imaterial da comunidade por meio do Festejo da Abolição, e ainda identificar a percepção dos atores sociais envolvidos no festejo: turistas, mestres e organizadores, tendo como enfoque principal a perspectiva do turista sobre o legado patrimonial quilombola. A pesquisa se localizou na comunidade quilombola, que se encontra urbana, pois está lutando ainda pelo território ancestral situado no município de Muricilândia-TO. A investigação foi realizada em duas fases e iniciada em 2018 no mês de outubro e concluída no ano seguinte no Festejo da Abolição. Na primeira fase, foram aplicados questionários voltados aos organizadores e aos Mestres de cultura local. Na segunda fase, foram aplicados questionários direcionados aos turistas que frequentam o festejo. Como resultado, foi constatado que a comunidade quilombola através do Festejo da Abolição tem um grande potencial para o turismo cultural, pois foi observado um fluxo turístico latente e um rico acervo de representações culturais, com potencial para um processo de planejamento participativo comunitário que abre precedentes para ampliação de outros produtos turísticos culturais na comunidade.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Festejo da Abolição. Patrimônio Cultural.

¹ Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia -UFBA e Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC, Docente Assistente Classe B, nível 1, Curso Gestão em Turismo na Universidade Federal do Tocantins-UFT/Campus Araguaína. khallatupi@uft.edu.br;

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás-UFG, Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins- UFT/ Campus Araguaína. keniacost@uft.edu.br;

³ Graduado no curso de Gestão de Turismo UFT-Araguaína, foi bolsista/Proex: Jul 2018/ Dez 2019, membro da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. arystotelesfranklyn69@gmail.com.

THE FESTIVAL OF THE ABOLITION IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY DONA JUSCELINA/ MURICILÂNDIA-TO: CONTEMPORARY VIEW ON TOURIST AND IMMATERIAL HERITAGE

Abstract

This work analyzes the contemporary perspective of the tourist view on the cultural identity of the Quilombola Community Dona Juscelina. The research aimed to investigate the representations of the intangible heritage of the community through the Abolition Festival, and also identify the perception of social actors involved in the celebration: tourists, masters and organizers, focusing on the tourist perspective about the quilombola heritage. The research was located in the quilombola community, which is urban, as it is still fighting for the ancestral territory located in the city of Muricilândia - TO. It was carried out in two phases, started in October 2018 and was concluded the following year during the Festival. The first phase questionnaires were applied to the organizers and the Masters of local culture, whereas the second phase was held in May 2019 when questionnaires were applied to tourists who attended the celebration. As a result it was found that the quilombola community and the Abolition Festival have great potential for cultural tourism, as it has been observed a latent tourist flow and a rich collection of cultural representations, with potential for a participatory community planning process that expands other cultural tourism products in the community.

Keywords: Dona Juscelina Quilombola Community. Abolition Festival. Intangible Cultural Heritage.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte do objetivo principal de analisar o legado cultural da comunidade quilombola Dona Juscelina por meio do Festejo da Abolição, bem como perceber por meio do olhar do turista que frequenta o festejo, o potencial para o turismo cultural desvinculado da época do Festejo. Tal percepção tem em vista conceder melhor clareza ao tema proposto e propiciar melhor compreensão do que seria o patrimônio quilombola. Em seguida é discutido conceitualmente o potencial do turismo cultural em comunidades quilombolas procurando elencar os aspectos culturais das comunidades

remanescentes de quilombos. Tais aspectos culturais compõem o acervo do patrimônio imaterial dessas comunidades que são potenciais atrativos turísticos.

Os procedimentos investigativos e metodológicos foram realizados em dois momentos e iniciados ainda em 2018, mais precisamente no mês de outubro, período em que já havia passado a temporada do Festejo. Por isso foram aplicados dois modelos de entrevistas semiestruturadas, além da aplicação do Inventário Participativo do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN (2016), direcionados aos Mestres e Organizadores do Festejo. A segunda fase foi realizada no mês de maio de 2019, a fim de averiguar a percepção dos turistas frequentadores sobre a identidade quilombola presentes nas manifestações culturais do Festejo.

Portanto, a partir do tema investigado neste trabalho, espera-se contribuir com a possibilidade de implantar o turismo cultural étnico na comunidade, visando o planejamento adequado que de fato possa trazer bônus sociais como valorização do patrimônio imaterial, circulação monetária, propiciar fontes de renda, entre outros.

GÊNESE DA COMUNIDADE DONA JUSCELINA

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina está localizada na área urbana de Muricilândia, pois foi retirada do seu território ancestral e atualmente luta para retornar. Apesar de estar no perímetro urbano de Muricilândia, apresenta fortes traços culturais afrodescendentes que remontam a vida rural, conforme Oliveira (2018) apresenta na Figura 01.

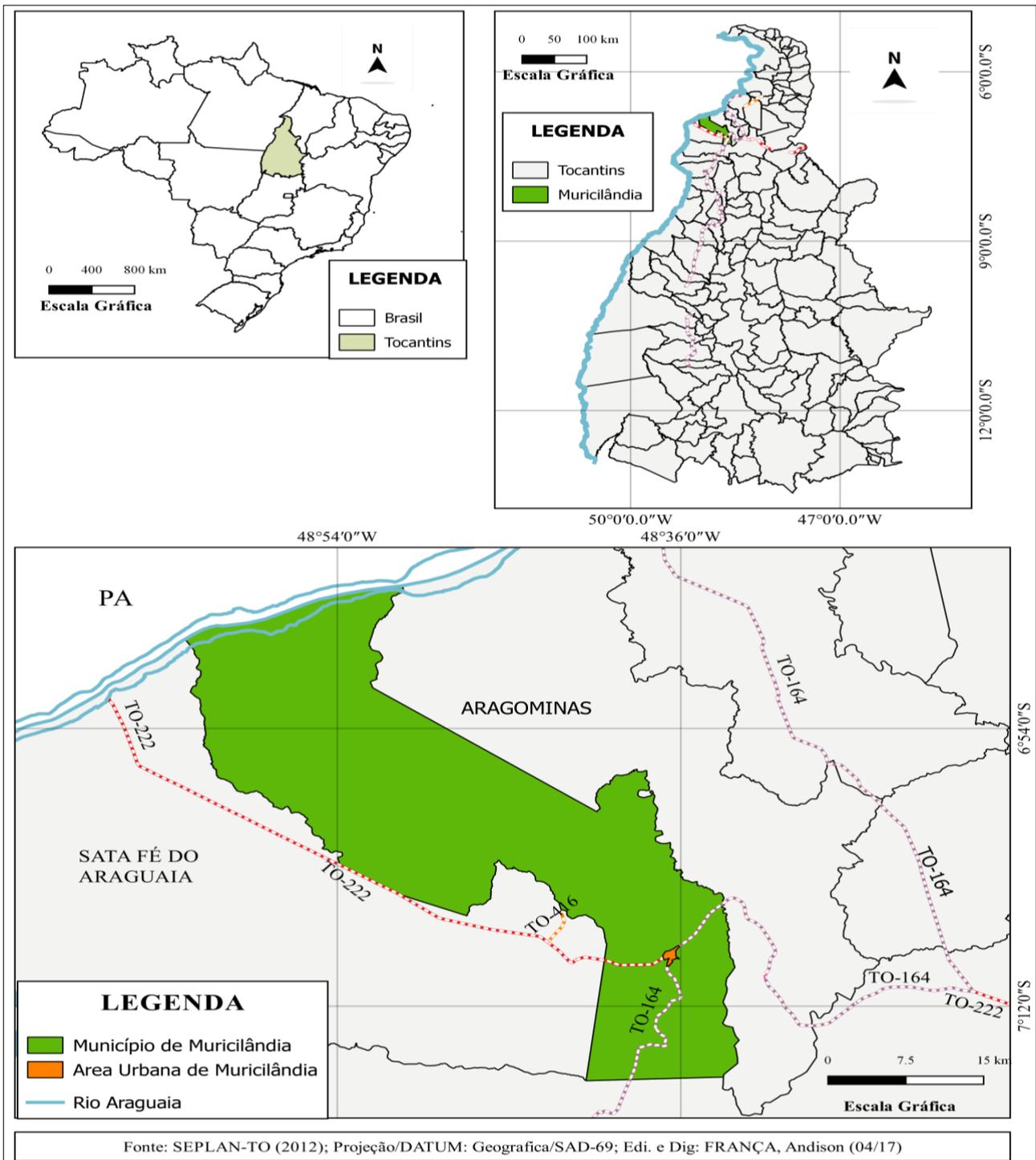
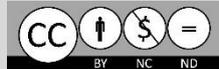


Figura 01 - Mapa de localização geográfica da Comunidade Dona Juscelina
Fonte: OLIVEIRA (2018)

Essa comunidade quilombola é formada por duzentas e trinta e seis famílias, totalizando aproximadamente novecentos quilombolas. Estes dependem em sua maioria de empregos na rede pública estadual e municipal, e ainda uma parte depende de assistência social, por exemplo, bolsa família. Outros trabalham em fazendas como vaqueiros ou diaristas, uma vez que a comunidade ainda não tem a posse da terra ancestral. Isso ocorre porquê o reconhecimento inicial identificou que a comunidade estabeleceu-se como remanescente de quilombo e está no perímetro urbano. Há uma luta para regularizar a titulação de todo território quilombola, visto que os moradores da comunidade exercem atividade agrícolas em seus pequenos lotes urbanos, e que esses alimentos auxiliam na subsistência. Ainda assim, muitos gostariam de ampliar essa atividade que tem potencial para se constituir como a principal fonte econômica⁴.

Nesse sentido, os direitos dos remanescentes quilombolas passam a ser reconhecidos conforme ressalta o Decreto número 4887 de 20 de novembro de 2003 no seu 2º artigo, que reconhece a existência das comunidades remanescentes de quilombos, como sendo: “[...] um grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Foi no ano de 1968, dezesseis anos após a fundação de Muricilândia, povoado de Araguaína-TO, que a identidade cultural quilombola passa a ter maior notoriedade. Dona Juscelina⁵ chega no povoado no ano de 1962, no entanto somente seis anos após sua chegada é iniciada a Festa do Treze de Maio ou Festejo da Abolição, pois dona Juscelina, que é neta de escravos traz consigo essa herança deixada por seu tio. Neste contexto, no período de 1980 à 1990, o Estado e os remanescentes quilombolas ainda não estabeleciam um diálogo, pois o Estado não os reconhecia. Logo, eram conhecidos muitas vezes apenas como grupos marginalizados, fruto do período escravocrata e da exclusão imposta pela sociedade.

⁴ Informações cedidas com base na observação empírica de um dos autores enquanto residente da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

⁵ Juscelina é um apelido pelo qual as pessoas da comunidade a chamam, por se assemelhar a pronúncia de Juscelino o presidente que construiu Brasília. Seu verdadeiro nome é Lucelina Gomes do Santos.

Além da agitação cultural já descrita por dona Juscelina, entre 1962 até por volta de 2001 existiam relatos tímidos sobre a existência de um antigo quilombo no município de Muricilândia-TO pelo fato da mesma ter sido fundada por um grupo de negros⁶. A partir destes relatos, as discussões sobre a criação de uma comunidade quilombola se tornaram latentes em Muricilândia, principalmente no Festejo da Abolição organizado por dona Juscelina, e em especial após a promulgação do decreto de nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Esse decreto legitima o processo de reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas (BRASIL, 2003).

Por meio desse processo do ano de 2007, a Portaria Interna da Fundação Cultural Palmares (FCP) nº 98, de 26 de novembro institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos (BRASIL, 2007). É por meio desse cadastro que a Comunidade Dona Juscelina é reconhecida como comunidade remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares, por meio da certidão de autodefinição de identidade étnica, expedida em 14 de outubro de 2009. Porém, a comunidade luta pela conquista do território ancestral, pois hoje apenas três famílias quilombolas têm a posse de suas terras. Assim, o processo de demarcação e reconhecimento do território foi aberto em 2010 no INCRA, em Palmas, com o número 54400.000823/2010-31 e está em andamento, ainda não tendo sido concluída a primeira etapa do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) do território.

Para fortalecer essa luta, desde o dia 19 e 20 de novembro de 2014 a comunidade realiza o Fórum Permanente da Consciência Negra, quando são realizadas determinadas ações em função de conscientização e combate ao modelo de escravidão contemporâneo, assim como também movimentos de protestos contra inúmeras formas de preconceitos e criminalidade às quais os negros até hoje são submetidos.

Portanto, além das manifestações culturais que demonstram a identidade quilombola aos visitantes, o Festejo da Abolição tem como objetivo por meio de suas ações e debates gerados, a partir de palestras que fazem parte do Seminário de Cultura Afro-brasileira

⁶ Informações coletadas a partir da observação empírica de um dos autores, enquanto residente da comunidade, sobre os relatos de Dona Juscelina a respeito da gênese do Festejo da Abolição.

incorporado à programação do festejo, sensibilizar os participantes de que embora tenha sido extinta a escravidão no Brasil pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel, não foi criada nenhuma política pública de apoio a inserção dos ex-cativos e libertos na sociedade, deixando-os desamparados e excluídos socialmente. Isto é, o negro ganhou a liberdade mas não a cidadania, uma marca da história que deixa seu legado até os dias atuais.

No decorrer da pesquisa de campo, também foi possível perceber que a maioria dos moradores da comunidade Dona Juscelina se reconhecem como remanescentes quilombolas, porém existe uma pequena parte que não se reconhece. Contudo, esta minoria permanece no quilombo por motivos assistencialistas, devido à assistência que recebem do governo federal. Assim, pode-se afirmar que o espírito da maior parte da comunidade é esse “[...] a grande parte que se reconhece quilombola são descendentes dos troncos, por terem uma ligação direta ancestral com os fundadores do quilombo. Esses sim, se identificam e lutam pelo reconhecimento de nossa comunidade [...]” (informação verbal) .

CAMINHOS DA PESQUISA

Como metodologia, optou-se pelo método qualitativo respaldado por dados quantitativos. Esse método tem como objetivo compreender determinada coletividade a partir da interpretação e contextualização por meio da observação, análise documental e entrevistas. Neste sentido, segundo Minayo e Sanches (1993, p. 245), “[...] é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos”.

Nesta perspectiva, na primeira fase da pesquisa utilizou-se como instrumento de pesquisa o “Inventário de Educação Patrimonial: Inventários Participativos” (IPHAN, 2016), o qual foi selecionado por ser uma ferramenta de pesquisa participativa com objetivo de fazer um inventário em conjunto com o olhar da população local sobre si mesma e não com um viés mais técnico. No entanto, esse material foi utilizado somente em parte, ou seja,

somente seus questionários e capítulos voltados para “Celebrações e Expressões Corporais” foram direcionados para o Festejo da Abolição.

Outro instrumento de pesquisa utilizado foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas, por meio do qual “[...] o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante, valoriza a atuação do entrevistador” (SILVA LIMA, ALMEIDA e LIMA 1999, p.133). Essas entrevistas foram direcionadas apenas aos Mestres das manifestações culturais e aos Organizadores do Festejo da Abolição devido a pesquisa ter sido iniciada no segundo semestre de 2018 e fora da época do festejo, sendo necessário portanto, uma segunda fase de investigações para que fosse possível coletar dados dos turistas que frequentam esse evento cultural.

Durante a segunda fase dessa pesquisa realizada no mês de maio de 2019 foram aplicados dois questionários, o primeiro questionário com 4 questões fechadas, e aplicado no momento do credenciamento do festejo. Esse momento ocorre nos três dias de Seminário de Cultura Afro-brasileira e tinha como objetivo traçar o perfil dos turistas que frequentam o Festejo da Abolição, sendo que com essa pesquisa se alcançou o número de 72 pessoas. O segundo questionário foi aplicado já no dia 13 de maio, dia da atração principal, e apresentou perguntas abertas e fechadas totalizando 10 questões. O mesmo teve como objetivo analisar a percepção dos turistas sobre as manifestações culturais do festejo, sendo que se alcançou o número de 72 entrevistados, ou seja, se chegou a um universo de 144 pessoas no total nesta fase da pesquisa.

É importante enfatizar que a metodologia qualitativa neste trabalho foi abordada em parceria com a observação participante na segunda fase em que os pesquisadores não somente aplicaram questionários direcionados aos turistas, como também participaram do mesmo para compreenderem melhor o olhar endógeno dos mesmos. Neste sentido, para Marujo (2012, p. 5-6) a observação participante é compreendida como a “[...] observação plena possível na vida daqueles que estão a ser estudados para compartilhar suas experiências, pois o pesquisador participa enquanto, ao mesmo tempo, observa e desenvolve relações com os informantes”.

PATRIMÔNIO IMATERIAL E REMANESCENTES QUILOMBOLAS

O reconhecimento dos bens imateriais de minorias étnicas no Brasil é recente. Inicialmente, a perspectiva do juízo de valor desses bens era mais restrito, como as políticas do IPHAN, órgão responsável por reconhecer e salvaguardar o patrimônio brasileiro. Essas políticas tendiam a “[...] valorizar as edificações representativas das formas estéticas e arquitetônicas europeias” (GURAN 2017, p. 215).

Felizmente, nos dias atuais já há um paradigma crítico desta limitação defendido por muitos autores, ao reconhecerem que durante muito tempo os bens culturais coletivos a serem preservados, eram restritos a uma elite brasileira que acabava por “[...] reproduzir uma visão colonizadora, monocultural e eurocêntrica, negando as histórias, as culturas, as memórias e as identidades das populações negras.” (PASSOS, NASCIMENTO e NOGUEIRA 2016, p. 197).

Para Silva Pereira (2012) os estudos relacionados ao patrimônio imaterial ou patrimônio oral são relativamente recentes, pois é uma distinção criada pela UNESCO no ano de 1997 para o reconhecimento e proteção do patrimônio imaterial. A autora considera que “[...] uma das formas mais eficazes de preservar o patrimônio intangível é garantir que os portadores do patrimônio possam continuar produzindo-o e transmitindo-o” (SILVA PEREIRA, 2012, p. 12).

A riqueza intrínseca ao legado presente em manifestações culturais tradicionais passa a ser reconhecido oficialmente no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, que resguarda os bens de natureza material e imaterial, ficando ambos reconhecidos como “patrimônio cultural” pelo artigo 216:

Artigo 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 126).

Em seguida, vem à tona o principal instrumento de preservação do patrimônio imaterial com a criação do decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000), o qual “Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e dá outras providências”. Neste sentido, o IPHAN orienta que após inventariar os bens de natureza imaterial reconhecidos oficialmente, os mesmos passam a ser inscritos nos quatro livros dos registros: Livro dos Saberes; Livro das Celebrações; Livro Formas de Expressão; Livro dos Lugares⁷.

Neste contexto, em 2002 é registrado pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) o primeiro bem patrimonial nacional imaterial, sendo a fabricação das painéis de barro produzidas artesanalmente pelas paineleiras do bairro das Goiabeiras no Espírito Santo. A possibilidade se estendeu a demais minorias étnicas abrangendo inclusive populações do Tocantins, ao registrar a boneca Ritxòko de origem Karajá em 2012. Neste sentido Abadia nos mostra que:

O patrimônio imaterial reconhecido pelo IPHAN abrange desde as festas com origem em celebrações religiosas aos ofícios ensinados a partir da tradição oral, dos quais citamos: o jongo, o tambor de crioula, o samba de roda, o ofício das baianas de acarajé, o ofício dos mestres de capoeira. Todos esses patrimônios imateriais guardam em comum a presença de elementos da tradição africana e/ou do modo de vida dos seus descendentes (ABADIA, 2010, p. 54).

As representações culturais de qualquer comunidade ou nação são representadas pelos seus hábitos e costumes, assim como também o modo de ser, as festividades tradicionais, idiomas e crenças que juntos tornam-se sua identidade social. Elita (2013, p. 69), relata que “[...] a cultura imaterial faz parte da identidade dos grupos sociais sendo transmitida de geração a geração. Preservar o patrimônio intangível é conhecer a história dos povos, suas relações com a natureza e formas de produzir a vida [...]”. Para se refletir

⁷ Conforme o IPHAN (2019) os bens imateriais reconhecidos como lugares, são aqueles que concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas, por exemplo, os mercados, feiras, santuários e praças, isto é lugares que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos pode ser reconhecidos como representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais.

sobre o patrimônio imaterial e remanescentes de quilombos, a fim de trazer uma abordagem detalhada desse tema, uma questão se torna útil. “O que vem a ser o patrimônio imaterial quilombola?”

Para responder essa pergunta alguns autores conceituam o patrimônio imaterial como sendo as práticas e conhecimentos, suas crenças, e tradições que despertam um valor simbólico para a comunidade a qual esse patrimônio pertence (FUNARI E PEREGRINI 2006; ELITA, 2013; FONSECA, 2017). Assim, podemos compreender que o patrimônio cultural imaterial quilombola são heranças culturais que remetem aos conhecimentos, o modo de produzir, suas manifestações através da dança, das histórias contadas e que são transmitidas através da oralidade de geração a geração e que existem até os dias de hoje.

Desse modo, o turismo, ao estabelecer uma interface com as representações culturais provindas do patrimônio de remanescentes quilombolas, entre outras minorias étnicas, quando mobilizado com planejamento adequado focado na perspectiva sustentável e participativa, deve estar inserido nos núcleos destas discussões teóricas.

O TURISMO CULTURAL SOB O BINÓCULO DO OLHAR DO TURISTA

Ao considerar as reflexões acerca do potencial do turismo cultural em remanescentes de quilombos é importante estabelecer um diálogo sobre o conceito de turismo cultural.

O Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos elementos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MINISTÉRIO DO TURISMO 2006, p. 15).

Nesse caso, o conceito de turismo cultural está ligado à motivação do turista em vivenciar os aspectos de uma cultura diferenciada, ou seja, a viagem está relacionada à procura de conhecimento histórico cultural do local escolhido para visitar. Neste sentido, o turista que escolhe o segmento do turismo cultural tem subsídios mesmo que subconscientes, de conceder uma “consultoria” sobre o atrativo cultural visitado, visto que

o turista em si possui uma característica singular que persiste em uma estranheza ou afastamento no olhar, que a população local, estudiosos e gestores já acostumados com a convivência com determinado atrativo cultural já não possuem. Conforme pontua Urry (1996):

o conceito de afastamento é uma ruptura de uma estrutura limitada com rotinas e práticas bem estabelecidas na vida de todos os dias, permitindo que nossos sentidos se abram para um conjunto de estímulos que contrastam com o cotidiano e o mundano (URRY, 1996, p.18).

O “turista” pode ter seu olhar classificado como contemporâneo, por ter emergido como ator de uma atividade contemporânea, que se consolidou no final do século XIX. Assim, de acordo com Krippendorf (2001), após as conquistas da classe operária, no final do século XIX, ao direito a férias e descansos semanais remunerados, viajar deixou de ser um privilégio da aristocracia. Neste período, os avanços tecnológicos dos meios de transportes, somados aos incentivos da publicidade e propaganda, facilitaram a disseminação de uma mentalidade coletiva, que passou a perceber o turismo como “elemento restaurador”, no sentido da recuperação física e mental no usufruto do lazer.

Com base na perspectiva do olhar contemporâneo do turista, pontuamos que é um olhar minucioso que vai além e explora todos os detalhes com ansiedade de guardar uma lembrança memorável do atrativo visitado. De acordo com Foucault (1976, apud URRY 1996, p. 8) “esse olhar é tão socialmente organizado e sistematizado quanto o olhar de um médico.” Portanto, com base no olhar desse turista, ao descortinar os atrativos culturais, pode-se analisar o potencial de vários avanços e melhorias para o destino. Nesta perspectiva, para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 16), vivenciar esses aspectos culturais “[...] implica em experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação”.

Esse paradigma se aplica de modo latente ao turismo em comunidade quilombolas. Estudos relacionados ao turismo cultural étnico afro-brasileiro mostram que a atividade turística dessa natureza começa na Bahia onde está o berço da cultura afro-brasileira. O turismo cultural étnico diferente do turismo cultural tradicional se interessa pela vida do

nativo, tentando compreender seu modo de vida, pois há um maior vínculo entre o turista e o nativo (QUEIROZ, 2017).

Nesse sentido, falar do potencial do turismo cultural em comunidades remanescentes quilombolas é levantar uma discussão sobre os aspectos culturais dos descendentes dos negros escravizados no período do Brasil colonial. Tais aspectos são reconhecidos pela comunidade como patrimônio afro-brasileiro e podem ser considerados potenciais atrativos ou produtos turísticos de remanescentes quilombolas.

Há relatos de que o início da atividade turística de caráter étnico-afro se iniciou nos Estados Unidos, visitando as comunidades de origem negras, com roteiros que retratavam experiências étnico-culturais (VANTIN, 208, apud RIBEIRO e SANTO, 2018). No Brasil, segundo Ribeiro e Santos (2018, p. 80) “[...] os roteiros são também formados como elementos do cotidiano ligados à história, cultura, religiosidade e modo de vida”.

Observa-se portanto que os remanescentes de quilombo tem muito a nos mostrar, pois seus hábitos e costumes, seu modo de cultivar a terra, suas histórias contadas pelos *grîôs*⁸, seu modo de interagir com a natureza, sua culinária, artesanato, religiosidade e manifestações artísticas são opções para o turista que procura vivenciar aspectos autênticos do local escolhido para conhecer. Essa demonstração agrega não só conhecimento, mas também respeita o patrimônio cultural dessas comunidades (SOUSA e GONSALVES, 2016). Desse modo, conclui-se que o turismo cultural étnico-afro brasileiro, quando bem administrado e planejado, pode fazer com que haja interação do turista com a comunidade local de modo harmonioso no jogo de trocas simbólicas entre visitante e visitado.

FESTEJO DA ABOLIÇÃO: PATRIMÔNIO IMATERIAL E IDENTIDADE QUILOMBOLA

O Patrimônio imaterial quilombola pode ser entendido como o conjunto de elementos culturais não palpáveis de grupos étnico-afros. Entretanto, nem todo elemento cultural pode

⁸ O termo *grîô* é um termo utilizado para se referir aos anciãos da cultura Afro-brasileira na comunidade, que são os conhecedores da cultura negra ancestral.

ser caracterizado como patrimônio imaterial dessas comunidades, pois os elementos culturais que constituem patrimônio são aqueles que a comunidade os reconhece como seus, ou seja, esses elementos culturais despertam um sentimento valorativo que demarca sua identificação. Esse festejo tem um grande significado para os quilombolas que ali residem, pois através das representações culturais realizadas no decorrer do festejo, os quilombolas se veem naquelas representações e isso faz com que sua identidade como remanescente de quilombo se fortaleça.

Nessa perspectiva, segue o relato de várias danças presentes no Festejo da Abolição que demarcam a identidade quilombola. Com o processo de fundação da cidade de Muricilândia iniciado em 1952 pelos retirantes que ali chegaram, foi trazido o “Lindô”. Essa é uma dança de roda em que se envolvem canções em forma de versos e trocas de pares e é um elemento cultural que os identifica nesse começo de história da comunidade e é mostrada na Figura 2.



Figura 02 - Apresentação do Lindô no Festejo da Abolição.
 Fonte: CHAVES (2018).

O grupo “Negras Mariamas” demonstrado na Figura 3 é um grupo formado em sua maioria por mulheres jovens e idosas. Os homens que compõem o grupo estão presentes apenas para tocar os tambores para as mulheres dançarem. O grupo traz uma proposta de inserir as mulheres de idade adulta e idosas nos eventos da comunidade, dando uma função ativa na realização do festejo. Antes da criação desse grupo, as mulheres de idade tinham um papel coadjuvante. A partir dele, essas mulheres se tornaram protagonistas na realização do festejo.

Neste sentido, dona Nena, Mestre do grupo Negras Mariamas, relata sobre a contribuição do grupo no Festejo da Abolição para a afirmação da identidade quilombola “[...] são os quatro dias de festas, onde tem várias apresentações, tem o seminário, tem inclusive as Negras Mariamas que se apresentam num desses quatro dias de festa né, [sic] aí que nós se sente mais ainda forte né, sendo quilombola” (informação verbal)⁹.

⁹ Maria Zilma Cruz Moura de Sousa, entrevista cedida a Chaves em outubro de 2018.



Figura 3 - Grupo Negras Mariamas se apresentando no Festejo da Abolição.
 Fonte: CHAVES (2018).

Outra manifestação cultural que sempre se apresenta no festejo é a capoeira, uma arte considerada genuinamente brasileira, desenvolvida pelos escravos como meio de defesa contra os feitores das fazendas de café e senhores de engenhos, assim como também para se defender dos capitães do mato, que capturavam escravos fugitivos das senzalas. Neste sentido afirma seu Erisvelto Brito dos Santos que “[...] a capoeira chegou aqui no ano de 1999 com o Mestre Pinote. O mesmo morava e mora até hoje em Araguaína, ele ficou aqui por um curto período de tempo, ficou dando aulas de capoeira aqui por três meses somente [...]” (informação verbal)¹⁰.

A parte gastronômica do Festejo está interligada à tradição da comunidade em produzir a mandioca e aproveitar a mesma de várias formas, de acordo com os costumes dos quilombolas. Assim, produzem a farinha e o polvilho para seu consumo e para confecção de pratos típicos, e vendem o excedente, gerando uma pequena fonte de renda para as famílias locais.

¹⁰ Erisvelto Brito dos Santos, entrevista cedida a Chaves em outubro de 2018.

Em relação ao modo de viver da comunidade, um dos traços que mais demarca a identidade dos quilombola, segundo a maioria dos contribuintes da pesquisa se refere à culinária (Figura 04), pois apesar de não serem vendidas durante o festejo, essas comidas típicas estão presentes no cotidiano da comunidade. Essas comidas são: o cuscuz de arroz e o de milho, o mané pelado, o beiju, a feijoada, o bolo cacete, o munguzá, e o manguão.

Na pesquisa de campo realizada na segunda fase, ao perguntar aos visitantes se gostariam de sugerir algo para melhorar os festejos futuros, uma grande parte fez a sugestão de que haja barracas de pratos da culinária da comunidade. Dessa forma, apesar desses pratos não serem oferecidos no Festejo da Abolição atualmente, pode ser feita a sugestão em outras edições do evento.



Figura 04 - Culinária típica quilombola da comunidade Dona Juscelina.
 Fonte: CHAVES (2018).

A foto acima nos apresenta três pratos, os quais fazem parte da culinária típica local. Do lado esquerdo está a feijoada e o beiju, do lado direito está um prato de cuscuz de milho. Assim, Manoel Filho Borges relata que:

Nos anos anteriores, nós fazíamos a barraca da culinária afro-brasileira quilombola, e vendíamos a comida típica, como por exemplo, o baião de dois, o munguzá, a feijoada, e o pessoal se alimentavam dessas comidas, então tinha essas barracas e a intenção era com elas a comunidade angariar recursos através da venda dos pratos típicos. Mas com o passar do tempo, essa comida deixou de ser ofertada até mesmo por um pedido da matriarca¹¹ de que fizesse a comida pra todo mundo. Então as barracas deixaram de ser feitas, pois passou a ser oferecido um jantar gratuitamente para todos que estavam ali assistindo o festejo (informação verbal).¹²

Em outra perspectiva, para conseguirmos ter uma visão do Festejo da Abolição através do olhar do turista na segunda fase da pesquisa, os questionários foram destinados aos visitantes do festejo. Desta feita, uma das perguntas aplicadas teve o intuito de saber se os turistas tinham alguma informação ou opinião em relação ao conceito de patrimônio cultural, como demonstrado no Quadro 1.

QUADRO 1: Conceito de patrimônio cultural

N.º DE TURISTAS	NÍVEL DE CONHECIMENTO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL	PORCENTAGEM POPULACIONAL
19	Tem conceito formado de patrimônio cultural	26,3%
25	Tem noção do significado de patrimônio cultural	34,7%
22	Não tem nenhuma noção do que significa o termo patrimônio cultural	30,5%
6	Não responderam	8,3%

Fonte: Elaboração dos autores

Percebe-se que mais de 50% dos turistas possuem uma noção ou conceito formado sobre patrimônio cultural. Assim, o juízo de valor que eles atribuem às manifestações culturais que formam o legado da Comunidade Dona Juscelina deve ser considerado para

¹¹ Matriarca dona Lucelina (conhecida popularmente por Juscelina), precursora do festejo na comunidade.

¹² Manoel Filho Borges, entrevista cedida a Chaves em outubro de 2018.

avaliação de uma proposta de planejamento turístico mais ampla e democrática, que além da população autóctone e órgãos públicos, inclua todos atores envolvidos com o turismo no Festejo da Abolição.

Em outro momento, foi pedido para que os turistas indicassem um momento da programação do Festejo da Abolição que mais demarcasse a identidade quilombola da comunidade. De acordo com as indicações feitas, 37,5% dos entrevistados fazem referência ao Teatro da Abolição como sendo o momento que mais demarca a identidade quilombola da comunidade. 29,1% indicaram o momento das apresentações culturais, 6,9% indicaram o Cortejo Afro que acontece ao final do teatro e 5,5% indicaram o seminário.

Essas respostas obtidas criam uma concordância entre a primeira e a segunda fase da pesquisa em relação às manifestações que mais marcam a identidade quilombola da comunidade, pois os organizadores e Mestres entrevistados na primeira, também fizeram referência ao Teatro da Abolição como sendo a manifestação cultural que mais demarca a identidade cultural quilombola local. Uma identificação compreensível, pois o teatro representa o sofrimento dos negros escravizados, através de torturas, violências e racismo até o momento da sua libertação através da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel.

Portanto, o visitante que vem prestigiar o evento pode por meio das apresentações de danças, teatro, capoeira, conhecer o legado cultural da comunidade. Isso torna o Festejo da Abolição cada vez mais rico e intrigante, motivando aqueles que têm interesse em conhecer mais da cultura e identidade quilombola a retornar para conhecer mais da comunidade.

COMUNIDADE DONA JUSCELINA: FESTEJO DA ABOLIÇÃO E TURISMO CULTURAL

Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, é celebrado todos os anos no mês de maio o Festejo da Abolição, uma festa cultural que procura representar através do teatro aquele momento em que a princesa Isabel assina a Lei Áurea dando fim à escravidão do Brasil. Neste sentido, de acordo com um dos organizadores, o senhor Manoel Filho Borges:

Dona Lucelina chega em Muricilândia em 1962 mas só começa fazer a festa em 1968, então era um grupo pequeno, e ela tenta representar aqui a mesma forma que era representada no Maranhão quando a festa era feita pelo tio dela lá na cidade de Nova Iorque. A festa era feita mais ou menos assim: às quatro da manhã era

feita a alvorada¹³, depois da alvorada às três horas da tarde era feita a celebração religiosa¹⁴ e depois vai para o teatro¹⁵ às quatro da tarde, depois da apresentação do teatro começa o cortejo com os negros cantando e tocando tambores nas principais avenidas da cidade (informação verbal)¹⁶.

Percebe-se então que apesar de dona Juscelina chegar em Muricilândia em 1962, somente seis anos depois realiza a primeira celebração da festa em treze de maio de 1968. Nesse período a festa era pequena, com poucas manifestações culturais envolvidas, mas com o passar do tempo e com a falta de interesse por parte dos moradores da cidade em ajudar na realização da festa, a manifestação cultural acaba deixando de ser realizada em meados dos anos 1980. Em 2001 é retomada e nos anos posteriores ela se torna mais rica culturalmente, pois são inseridos outros elementos culturais, descritos pelo senhor Manoel Filho Borges e pela dona Juscelina:

São os grupos de dança, os seminários, o conselho de *griôs*, as oficinas de artesanato de palha, o ritual feito pelos jovens quilombolas em petição de bênçãos aos *griôs* e aos seus antepassados e os espaços de discussões. Então a festa se torna maior, e com isso passa a ser realizada em três e até em quatro dias. (informação verbal)¹⁷.

Para se mensurar dimensão da festa nos dias atuais, ela se desenvolve com a seguinte programação específica: O Festejo da Abolição na Comunidade Quilombola Dona Juscelina inclui os Seminários de Cultura afro-brasileira e os Encontros de *Griôs* nos dias dez e onze de maio. Na madrugada do dia doze para o dia treze às quatro horas da manhã ocorre a Alvorada, e às quinze hora ocorre a Celebração Religiosa. Depois da manifestação religiosa é o momento da atração principal do festejo, a hora da representação do Teatro da Abolição às dezesseis horas da tarde. Às dezesseis e quarenta é realizado o Cortejo pelas ruas da cidade, indo até às dezenove horas. Quando o Cortejo termina é momento da apresentação dos grupos de dança, onde se apresenta o grupo de Lindô, o grupo Negras

¹³ A alvorada é o momento em que os negros da comunidade saem cantando, tocando tambor e dançando pelas ruas da cidade. Ela retrata o tempo que os negros tinham para se divertir quando ainda eram escravos.

¹⁴ Na comunidade existe a religião de matriz africana, a religião protestante e suas ramificações e a religião católica. Esse momento é um momento ecumênico onde essas religiões se juntam e fazem a celebração.

¹⁵ O teatro é uma representação simbólica onde representa a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888.

¹⁶ Manoel Filho Borges, entrevista cedida a Chaves para elaboração do TCC intitulado “O Festejo da Abolição, na comunidade quilombola Dona Juscelina/Muricilândia-To: o turismo cultural e patrimônio imaterial” em outubro de 2018.

¹⁷ Manoel Filho Borges e Lucelina Gomes dos Santos, entrevistas cedidas a em outubro de 2018.

Mariammas, o grupo Afro Quizomba e o grupo de capoeira. Nesse momento, também as apresentações dos quilombolas das comunidades circunvizinhas são convidadas a apresentar no festejo, ou seja, o festejo dispõe de várias atrações culturais.

Nesse contexto, pode-se constatar que o turismo cultural está diretamente relacionado ao motivo do turista procurar conhecer novas culturas, novos hábitos e costumes, os quais são singulares para eles. Para Leite e Ruiz:

O turismo cultural pode ser entendido como o acesso aos conhecimentos, costumes e manifestações culturais e também a valoração do patrimônio natural, herdado, constituído ou em construção, além de representação de estilo de vida (LEITE & RUIZ, 2013, p. 5).

Ao considerar essa perspectiva de turismo cultural, uma das questões levantadas em campo persistiu em: “O que vinha na mente dos organizadores do festejo e Mestres das manifestações culturais inseridas na festa, quando se fala em turismo”. As respostas da maioria foram satisfatórias, respondendo em geral de forma semelhante. Senhor dos Santos, *Griô* e Mestre do grupo do Lindô afirma que, “[...] quando se fala em turismo vem na minha mente a saída da sua residência pra outros lugares diferentes em busca de novas culturas e conhecimentos [...]” (informação verbal)¹⁸. Manoel Filho Borges relata que o turismo “[...] é uma atividade em que a pessoa sai de um lugar e vai para outro lugar para conhecer a cultura desse outro lugar, conhecer as suas formas de expressão, suas manifestações, e quando ele vai, quando ele se desloca ele acaba fomentando a economia daquele lugar [...]” (informação verbal)¹⁹.

Desse modo, percebe-se nos relatos das pessoas envolvidas com a organização do festejo uma inclinação em correlacionar o mesmo com uma motivação cultural, já que observam que os visitantes se encantam e comentam com terceiros essa característica da festa. Essa interface entre turismo e cultura pode ser compreendida como “[...] uma forma de turismo, onde a cultura constitui a base para atrair turistas ou a motivação para muitos turistas e/ou visitantes culturais viajarem” (MARUJO, 2015 p. 2). Logo, o turismo cultural

¹⁸ Manoel Pereira Borges, conhecido como seu “Dos Santos” mestre do Lindô. Entrevista cedida a Chaves em outubro de 2018.

¹⁹ Manoel Filho Borges, (um dos organizadores do festejo cultural), entrevista cedida a Chaves em outubro de 2018.

“[...] pode contribuir para o fortalecimento da cultura local ou transformá-la em produto turístico [...]” (ELITA, 2013, p. 67).

Na pesquisa a campo, onde foram aplicadas algumas entrevistas a fim de saber quais manifestações culturais ocorrem no festejo da abolição, e quais delas mais despertam o interesse nos visitantes, um dos mestres de cultura local relata algumas manifestações culturais que acontecem no festejo.

Para senhor Dos Santos, são várias manifestações, como por exemplo, tem o Lindô, tem o grupo Negras Mariamas, tem o grupo Afro Quizomba, tem o teatro, então são várias as manifestações culturais realizadas no Festejo da Abolição, e, o teatro da assinatura da Lei Áurea é a manifestação que mais chama a atenção do visitante (informação verbal)²⁰.

Essa mesma entrevista foi aplicada a diferentes Mestres de manifestações envolvidas no festejo, no entanto suas respostas são bastante semelhantes. Maria Zilma Cruz Moura de Sousa, dona Nena, Mestre do grupo Negras Mariamas relata que as manifestações culturais realizadas no Festejo da Abolição são:

As danças né, tem o rebolado, tem as Negras Mariamas, tem o grupo de dança de jovem, tem o lindô, o lindô do Cocalim, tem o [sic], a capoeira, o rebolado que é a dança mesmo do treze de maio. É o rebolado (Figura 05) que mais desperta o interesse do visitante, é nele que tem a apresentação do teatro (informação verbal)²¹.

Ao analisarmos os dois relatos, tanto do *Griô* senhor Dos Santos como dona Nena ao mencionarem quais seriam as manifestações culturais realizadas no festejo, eles destacam o Teatro da Abolição como sendo a principal atração cultural apresentada, pois entre todas as manifestações mencionadas por eles, o teatro é a que mais chama a atenção do visitante.

Neste contexto, é possível compreender a dimensão de crescimento da festa. Com o passar dos anos a matriarca da comunidade relata que as primeiras celebrações da Festa do Treze de Maio reuniram em média cem pessoas. Essa quantidade se referia aos que participavam ativamente no festejo e os que estavam ali somente para assistir. Percebe-se que os primeiros visitantes caracterizavam um fluxo turístico tímido. Nos dias de hoje, embora não haja dados estatísticos precisos, de acordo com a observação empírica de

²⁰ Idem a nota de rodapé 18.

²¹ Maria Zilma Cruz Moura de Sousa, entrevista cedida a Chaves em outubro de 2018.

organizadores e colaboradores, pode-se estimar que o festejo reúne por volta de quatro à cinco mil pessoas para assistir as apresentações dos grupos de dança e interagir com o modo de vida da comunidade, mas principalmente vir assistir o Teatro da Abolição. Assim, dona Nena em seus relatos confirma a observação da matriarca da comunidade sobre o número de visitantes atualmente, “[...] nós começamos [sic] com cem pessoas, depois foi pra mil, pra dois mil, pra três mil, pra quatro mil e às vezes até cinco mil” (informação verbal)²². No entanto, esse número de visitantes varia de acordo com o dia da semana que ocorre o festejo, pois na segunda fase da pesquisa de campo realizada na segunda feira, 13 de maio de 2019, observou-se em média mil e quinhentas pessoas, diferente do 13 de maio de 2018 que foi no domingo se observou em média o dobro ou mais pessoas.

Em outro aspecto, no decorrer da pesquisa de campo na primeira fase, ao questionar se os organizadores e Mestres gostariam que aumentasse o número de visitante no festejo, Manoel Filho Borges afirma que “[...] sem sombra de dúvidas sim, eu poderia te falar que já está aumentando né? Começou com cem pessoas lá em 1968 um grupinho pequeno ainda, e hoje chega a quatro mil, às vezes até mais de quatro mil pessoas” (informação verbal)²³. Portanto, se há esse interesse da comunidade em receber mais visitantes, é possível cogitar alguns ajustes no planejamento do festejo para que isso ocorra e o turismo seja ampliado fora da época da festa.

Em relação ao perfil dos turistas que frequentam o Festejo da Abolição, foi observado na segunda fase de pesquisa de campo que os turistas do festejo são jovens solteiros e de cor predominantemente parda, motivados principalmente por assistir as apresentações culturais. Foi observado também que nos três dias que antecedem o dia 13 de maio, data que é apresentado o momento ápice do Festejo da Abolição, o público é classificado principalmente como um público acadêmico, motivado em assistir o seminário de cultura afro-brasileira sendo que desse público apenas 22% deles permanece na comunidade até o encerramento. Torna-se perceptível, neste contexto, que o Festejo da Abolição atrai dois públicos distintos.

²² Idem nota de rodapé 21.

²³ Manoel Filho Borges, (um dos organizadores do festejo cultural), entrevista cedida a Chaves em outubro de 2018.

Outro ponto relevante é que esses visitantes tiveram a oportunidade de fazer uma avaliação da existência do turismo presente no Festejo da Abolição. Entre as opções marcadas por eles, as duas opções com maior número percentual foram “bom e excelente”. Neste sentido, houve também algumas sugestões para os festejos futuros, como por exemplo, ampliar os meios de hospedagens, fazer mais divulgações, disponibilizar pratos típicos, promover a exposição de artesanatos, entre outros, o que mostra uma avaliação positiva do potencial que o Festejo da Abolição tem para o turismo cultural.

Nota-se, portanto, por meio das riquezas de suas manifestações culturais que demarcam a identidade quilombola, o potencial para atrair os visitantes que vêm para a comunidade motivados pelo festejo em outra época. Porém, para isso a comunidade teria que ter toda uma organização e consultoria para realizar um planejamento adequado e participativo para desenvolver um roteiro turístico cultural e/ou um centro de visitação cultural, e ainda um quiosque que comercializasse o artesanato e gastronomia local.

CONCLUSÃO

As informações coletadas em pesquisa de campo foram fundamentais para concluir que na Comunidade Quilombola Dona Juscelina ocorre o turismo cultural através do Festejo da Abolição, visto que há um fluxo de turistas consolidado neste período. A principal motivação observada em visitar o Festejo persistiu em apreciar as manifestações culturais, que demarcam a identidade quilombola, perspectiva confirmada também pelos relatos de Mestres Griôs, Organizadores do festejo e turistas.

Entretanto, para que o turismo cultural tivesse chance de se desenvolver sem estar atrelado ao Festejo da Abolição seria necessário que a comunidade tivesse a organização comunitária voltada para o turismo, trabalhando em conjunto para melhorar a infraestrutura. Algumas implementações seriam, por exemplo, fazer ampliação dos meios de hospedagens, e criar uma casa para comercialização de artesanato ou um quiosque de culinária típica quilombola.

Porém, o maior obstáculo está em disseminar a consciência de cooperação e construção coletiva de fato, pois embora os Mestres Griôs e organizadores do Festejo da Abolição afirmem em seus relatos que a maior parte da comunidade se reconhece como quilombola, na observação empírica detectou-se que existe uma parte dos quilombolas que residem na comunidade apenas pelo benefício que recebe do governo. No entanto, para que haja o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária é fundamental que todos da comunidade estejam em sinergia e espírito de cooperação descartando pretensões individuais.

Desse modo, é perceptível a riqueza patrimonial presente no legado cultural da comunidade, porém não se observa que esse potencial cultural consiga mobilizar um fluxo de visitantes consolidado fora da época do festejo. Assim, um planejamento da infraestrutura comunitária em torno de suas manifestações culturais se mostra premente, ou seja, “[...] é preciso definir um plano integrado de turismo sustentável segundo estratégias teóricas do desenvolvimento regional [...]” (BARROCO 2010, p. 6).

REFERÊNCIAS

ABADIA, L. **A Identidade e o Patrimônio Negro no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Cultura). Faculdade de Letras. Departamento de Estudos Anglisticos. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

BARROCO, H. Planejamento e Gestão: vetores para um turismo competitivo e sustentável. *In: VI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO*, 2010. Caxias do Sul. Anais. Caxias do Sul: UCS, 2010. pp. 1-15. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/05/Planejamento%20e%20gestao%20vetores%20para%20um%20turismo.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

BRASIL. **Atos das Disposições Constitucionais Transitórias**, Brasília. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 18 de agosto de 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas.** 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas.** 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CHAVES, A. F. B. **O Festejo da Abolição, na comunidade quilombola Dona Juscelina/Muricilândia-To: o turismo cultural e patrimônio imaterial.** Trabalho de Conclusão de Curso - T.C.C. Curso Gestão em Turismo da Universidade Federal do Tocantins, 2018.

ELITA, V. R. Turismo e Cultura: Um Diálogo Interdisciplinar. **Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo.** Curitiba, v. 2, p. 63-79, jan./dez. 2013. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/turismo?dd1=12126&dd2=5863&dd3...pdf>. Acesso em 26 de junho de 2018.

FONSECA, M. C. L. A Salvaguarda do Patrimônio Imaterial no IPHAN: Antecedentes, Realizações e Desafios. *In: Andrey Rosenthal Schlee (org.).* **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: IPHAN 1937-2017.** Brasília, n. 35. 2017.

FUNARI, P. P. A.; PEREGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultura:** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (Brasil). **Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007.** Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020

GURAN, M. Sobre o Longo Percurso da Matriz Africana pelo seu Reconhecimento Patrimonial como uma Condição para a Plena Cidadania. *In*: Andrey Rosenthal Schlee (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: IPHAN 1937-2017. Brasília, n. 35. 2017.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: Inventários participativos. Brasília-DF: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso: 15 jun. 2020.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEITE, F. C. L.; RUIZ, T.; DOMARESKI, C. O Turismo Cultural como Desenvolvimento da Atividade Turística: o caso de Ribeirão das Ilhas. *In*: **VII Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu**. Anais. 2013, Foz do Iguaçu: Paraná, 2013.

MARUJO, N. O Estudo Acadêmico do Turismo cultural. **Revista de Investigación em Turismo y desarrollo local**, Évora, v. 8, n. 18, p. 2, jun./ jul. 2015.

MARUJO, N. A Observação Participante na Investigação em Turismo. **Revista de Investigación em Turismo y desarrollo local**. Évora, v. 5, n. 13, p. 5-6, dez. 2012.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Qualitativo-quantitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): p. 245, jul/sep, 1993.

OLIVEIRA, I. S. **Território e Territorialidade nos Limites do Rural e Urbano, na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia -TO**. Dissertação (Mestrado em Estudo de Cultura e Território). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018. 161p.

PASSOS, J. C.; NASCIMENTO, T. T.; NOGUEIRA, J. C. O Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: São José, um estudo de caso. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v 29, n. 57, p. 195-214, janeiro-abril 2016.

QUEIROZ, J. Turismo Étnico com Josuel Queiroz. **Destinos da Bahia**, 3 out. 2017. 1 vídeo (03m32s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=X4mgOjWIYGc> . Acesso em: 16 de setembro de 2018.

RIBEIRO, D. W. A.; SANTOS, C. F. Patrimônio Afro-brasileiro e Turismo: comunicando o modo de ser quilombola. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. Edição especial: ética no turismo. São Paulo, (ISSN 2448- 2773), p. 71-88, maio, 2018. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12165_DAVID+W+A+RIBEIRO+E+CLAUDIA+FERNANDA+DOS+SANTOS. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

SILVA LIMA, M. A. D.; ALMEIDA, M. C. P.; LIMA, C. C. A Utilização da Observação Participante e da Entrevista Semiestruturada na Pesquisa em Enfermagem. **Revista Gaúcha em Enfermagem**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., pp. 130- 142, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/issue/view/399>. Acessado em 04 de novembro de 2018.

SILVA PEREIRA, E. **Patrimônio Cultural Imaterial**: uma reflexão sobre o registro do bem cultural como forma de preservação. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos CELACC/ECA-Universidade de São Paulo, 2012.

SOUSA, M. V. S.; GONSALVES, S. Turismo e Manifestações Culturais na Comunidade Quilombola do Sobrado/ RN-Brasil. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, pp. 129-148, mai./ago. 2016.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1996.